

Tendências das notificações de violência autoprovocada em pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) no Brasil

Trends in Self-inflicted Violence Reports among Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender (LGBT) People in Brazil

Tendencias de las notificaciones de violencia autoinfligida en personas Lesbianas, Gays, Bissexuales y Transgénero (LGBT) en Brasil

Recebido: 13/10/2024 | Revisado: 23/10/2024 | Aceitado: 24/10/2024 | Publicado: 26/10/2024

Vitória Rios Siqueira

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-5189-9216>
Universidade Federal de Goiás, Brasil
E-mail: riosvitoria@discente.ufg.br

Jordana Alves Novais

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-3922-309X>
Universidade Federal de Goiás, Brasil
E-mail: jordananovaisufg@gmail.com

Juliana Silva Albuquerque

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0351-5363>
Universidade Federal de Goiás, Brasil
E-mail: julianaalbuquerqueufg@gmail.com

Larissa Bernardes Araújo Garrido

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-7896-1583>
Universidade Federal de Goiás, Brasil
E-mail: larissa.bernardes@discente.ufg.br

Matheus Cerqueira Monteiro

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-2540-1162>
Universidade Federal de Goiás, Brasil
E-mail: matheus_cerqueira@discente.ufg.br

Paulo Henrique Pimenta Maranhão

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-6322-7464>
Universidade Federal de Goiás, Brasil
E-mail: ph.maranhao@hotmail.com

Resumo

Introdução: A violência autoprovocada envolve atos intencionais de autolesão para aliviar tensões e estresses mentais, frequentemente resultantes de traumas e pressões sociais. **Objetivo:** Analisar a tendência das taxas de notificação da violência autoprovocada em pessoas LGBT nas diferentes Unidades Federativas (UFs) do Brasil entre 2015 a 2021. **Métodos:** Os dados foram coletados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação, considerando identidade de gênero e orientação sexual de pessoas com 10 anos de idade ou mais. As taxas anuais foram calculadas e analisadas com regressão linear, usando Stata 14.0 e para analisar as tendências das taxas de notificação foi utilizado o método Prais-Winsten. **Resultados:** Um total de 11817 casos foi documentado durante esse período. A distribuição regional revelou que o sudeste registrou o maior número de ocorrências (5.570 casos). A taxa de notificação mais alta ocorreu na região sul em 2017 (2,8 casos por 100.000 habitantes). Em termos de variação percentual, houve um aumento geral de 123,5% nas notificações de violência. A análise da série temporal revelou tendências crescentes em Sergipe (TIA = 51,0; IC95% 16,0 – 98,0) e no Distrito Federal (TIA = 35,0; IC95% 2,0-78,0). **Conclusão:** As taxas de violência autoprovocada em pessoas LGBT apresentam uma tendência estável, mas variam regionalmente, o que destaca a necessidade de políticas públicas inclusivas e abordagens holísticas para prevenção e proteção, considerando a complexidade do cenário.

Palavras-chave: Minorias Sexuais e de Gênero; Saúde Mental; Comportamento Autodestrutivo.

Abstract

Introduction: Self-inflicted violence involves intentional acts of self-harm to alleviate mental tensions and stresses, often resulting from traumas and social pressures. **Objective:** To analyze the trend of notification rates of self-inflicted violence among LGBT individuals in different Federal Units (UFs) of Brazil from 2015 to 2021. **Methods:** Data were collected from the Notifiable Diseases Information System, considering gender identity and sexual orientation of individuals aged 10 years and older. Annual rates were calculated and analyzed using linear regression with Stata

14.0, and the Prais-Winsten method was used to analyze the trends in notification rates. Results: A total of 11,817 cases were documented during this period. Regional distribution revealed that the Southeast registered the highest number of occurrences (5,570 cases). The highest notification rate occurred in the South region in 2017 (2.8 cases per 100,000 inhabitants). In terms of percentage variation, there was an overall increase of 123.5% in violence notifications. The time series analysis revealed increasing trends in Sergipe (AIA = 51.0; 95% CI 16.0 – 98.0) and the Federal District (AIA = 35.0; 95% CI 2.0-78.0). Conclusion: The rates of self-inflicted violence among LGBT individuals present a stable trend but vary regionally, highlighting the need for inclusive public policies and holistic approaches to prevention and protection, considering the complexity of the scenario.

Keywords: Sexual and Gender Minorities; Mental Health; Self-Injurious Behavior.

Resumen

Introducción: La violencia autoinfligida implica actos intencionales de autolesión para aliviar tensiones y estrés mental, frecuentemente resultantes de traumas y presiones sociales. Objetivo: Analizar la tendencia de las tasas de notificación de violencia autoinfligida en personas LGBT en las diferentes Unidades Federativas (UF) de Brasil entre 2015 y 2021. Métodos: Los datos fueron recolectados del Sistema de Información de Agravios de Notificación, considerando identidad de género y orientación sexual de personas de 10 años o más. Se calcularon y analizaron las tasas anuales con regresión lineal, usando Stata 14.0, y para analizar las tendencias de las tasas de notificación se utilizó el método Prais-Winsten. Resultados: Un total de 11817 casos fue documentado durante este período. La distribución regional reveló que el sureste registró el mayor número de ocurrencias (5.570 casos). La tasa de notificación más alta ocurrió en la región sur en 2017 (2,8 casos por 100.000 habitantes). En términos de variación porcentual, hubo un aumento general del 123,5% en las notificaciones de violencia. El análisis de la serie temporal reveló tendencias crecientes en Sergipe (TIA = 51,0; IC95% 16,0 – 98,0) y en el Distrito Federal (TIA = 35,0; IC95% 2,0-78,0). Conclusión: Las tasas de violencia autoinfligida en personas LGBT presentan una tendencia estable, pero varían regionalmente, lo que destaca la necesidad de políticas públicas inclusivas y enfoques holísticos para la prevención y protección, considerando la complejidad del escenario.

Palabras clave: Minorías Sexuales y de Género; Salud Mental; Conducta Autodestructiva.

1. Introdução

Violência autoprovocada é considerada como atos que buscam lesionar intencionalmente a si. Contrariando o instinto natural, indivíduos podem buscar essas atitudes a fim de aliviar tensões e estresses mentais, como traumas e pressões sociais presentes no ambiente (Santos, 2018). Tendo sofrido constantemente agressões e injúrias em um ritmo constante de ambientes exteriores e buscando lidar com a dor subsequente, a lesão autoprovocada aparece como uma possibilidade, seja ela suicida ou não (Liu, 2018; Persano, 2022). Como efeito, além das cicatrizes e possíveis sequelas físicas, o indivíduo passa a sofrer também de todo o preconceito que circunda este tópico, podendo alimentar ainda mais os fatores que desencadearam o evento (Oexle, 2020).

No Brasil, a violência autoprovocada é uma questão importante dentro da saúde pública do país, tendo em 2018 um total de 89,272 casos notificados pelo DATASUS, uma taxa de aproximadamente 24 casos por hora em território nacional (Silva e Marcolan, 2021). Comparando as proporções mundiais em 2019, o país apresentava uma taxa de aumento na incidência de 46%, quase 13 vezes maior que o crescimento mundial médio (2,7%) (Bonadiman, Naghavi e Melo, 2022). Além disso, é importante lembrar que há questões de subnotificação em diversas regiões, podendo então inferir que o quadro real é ainda mais relevante (Marcolan e Silva, 2019).

No caso da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) no Brasil, a violência autoprovocada é uma questão complexa influenciada por diversos fatores, com o ambiente desempenhando um papel crucial nesse contexto (Regis, Santos e Godoy, 2019; Taskiran Eskici et al., 2021; Ventriglio et al., 2021). A realidade enfrentada por esses indivíduos revela uma situação alarmante, onde são constantemente expostos a discursos carregados de ódio e à subjugação de suas identidades únicas. Essa exposição contínua resulta em um nível significativo de estresse psicológico desde a infância, conforme evidenciado por estatísticas que mostram que cerca de 24,6% dos casos notificados de violência LGBT entre 2015 e 2017 eram lesões autoprovocadas, com quase 29% destes sendo tentativas de suicídio, sobretudo entre adolescentes de 15 a 19 anos (22,7%) e adultos (71%) (Pinto, 2020). Esses dados corroboram os impactos adversos sobre a

saúde mental mencionados por outros estudos, destacando a urgência de abordagens integradas para combater tanto os discursos de ódio quanto a violência autoprovocada entre a população LGBT no país (Bertolote, 2016).

No entanto, a obtenção de dados uniformes sobre a violência autoprovocada entre a população LGBT no país nem sempre segue um padrão consistente, prejudicando a comparação de resultados entre diferentes regiões e dificultando uma visão global do problema. A subnotificação dos casos é agravada pela relutância de indivíduos em buscar auxílio ou denunciar incidentes, frequentemente devido a medo, estigma e desconfiança nas instituições. A limitação dos poucos estudos sobre esse tema priva a compreensão de trajetórias da saúde mental e fatores de risco ou proteção ao longo da vida dos indivíduos LGBT (Melo et al., 2020).

Apesar de alguns esforços para promover acesso igualitário a serviços de saúde sensíveis às questões LGBT (Ferreira e Nascimento, 2022), a violência autoprovocada é uma preocupação séria e persistente dentro dessa comunidade. A compreensão aprofundada dessas questões e a implementação de estratégias de prevenção são essenciais para combater esse problema e promover a saúde integral da população LGBT (Antunes e Cardoso, 2015; Melo et al., 2020; Silva, 2022).

A fim de contribuir para a compreensão dos desafios teóricos e práticos que afetam diretamente o cuidado de saúde das pessoas LGBT que sofrem com a violência autoprovocada, e como uma iniciativa importante para promover a discussão entre a comunidade científica, gestores e demais atores envolvidos no planejamento e implementação de políticas públicas voltadas para essa população, o presente estudo teve o objetivo de realizar uma análise de série temporal para investigar a situação da violência autoprovocada em pessoas LGBT no Brasil entre 2015 e 2021.

2. Metodologia

Trata-se de um estudo de natureza quantitativa (Pereira et al., 2018), e estatística (Shitsuka et al., 2014; Vieira, 2021), ecológico de séries temporais das taxas de violência autoprovocada envolvendo pessoas LGBT residentes nas regiões do país entre 2015 a 2021. Esse recorte temporal refere-se aos anos em que foi possível registrar informações sobre orientação sexual e identidade de gênero com completude adequada, conforme alterações realizadas a partir de outubro de 2014 (Brasil, 2014).

Os dados sobre os casos de violência autoprovocada foram retirados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), no site do DataSUS, de acordo com o Código Internacional de Doenças em sua décima edição (CID-10), com o ID Y870. Foram selecionadas as notificações com preenchimento da variável orientação sexual como homossexual (gays/lésbicas) ou bissexual e as notificações com preenchimento da variável identidade de gênero como travesti, mulher transexual ou homem transexual. A intersecção entre os dois grupos foi possível em casos de indivíduos heterossexuais com identidade de gênero travesti ou transexual e em casos de cisgêneros com orientação sexual gay/lésbica ou bissexual.

As taxas anuais de notificação de violência contra jovens LGBT a cada 100 mil habitantes, padronizadas por idade, foram calculadas utilizando como denominador a população residente no estado ou região do país em cada ano. Já os dados da população residente foram obtidos das estimativas de população realizadas pelo IBGE acessíveis no sítio eletrônico do Departamento de Informática do SUS (Datasus).

Após a realização da tabulação e organização dos dados, as taxas e as variações percentuais foram calculadas pelo programa da Microsoft Excel. Para a análise estatística, utilizou-se o software Stata versão 14.0. (Stata Statistical Software: Release 14. College Station, TX: StataCorp LP). O método de Prais-Winsten para regressão linear generalizada foi aplicado para analisar as tendências das taxas de notificação. Os modelos criados para os logaritmos consideraram as taxas de notificação em cada uma das unidades da federação como variável dependente e o ano de notificação como variável independente. Como adotou-se o nível de significância de 5% para todos os testes estatísticos utilizados, foram considerados relevantes os valores de $p < 0,05$.

Os estados Amapá e Espírito Santo não registraram casos de violência autoprovoçada dentro da comunidade LGBT nos anos de 2015 e 2021, respectivamente. Por esse motivo, para a análise da tendência das taxas de notificação de violência, considerou-se os intervalos de 2015 a 2019 para Sergipe e de 2015 a 2020 para o Espírito Santo.

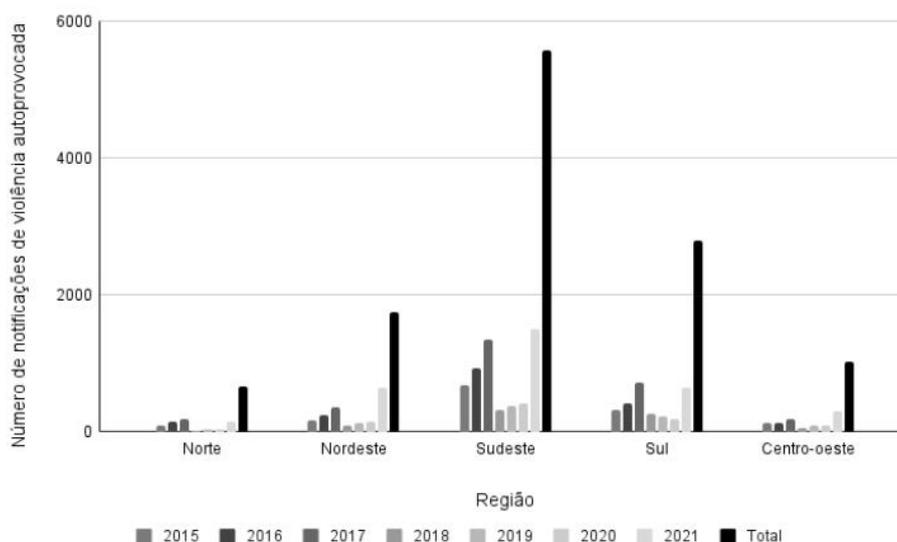
Não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, uma vez que se trata de um estudo que utiliza dados secundários, sem identificação dos participantes, conforme estabelecido pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 466, de 12 de dezembro de 2012 (Brasil, 2012), e a Resolução CNS nº 510, de 7 de abril de 2016 (Brasil, 2016).

3. Resultados

Entre 2015 e 2021, ocorreram 11817 casos de violência autoprovoçada dentro da comunidade LGBT em no Brasil, sendo esses, 1379 em 2015; 1864 em 2016; 2800 em 2017; 766 em 2018; 870 em 2019; 879 em 2020 e 3259 em 2021.

A Figura 1 mostra que, em relação às regiões preconizadas pelo IBGE, tem-se que a região sudeste conta com 5570 casos notificados registrados no SINAN entre os anos 2015 e 2021, seguida da região sul que apresenta 2806 casos, região nordeste com 1752 casos, região centro-oeste com 1022 notificações e região norte que apresentou 667 casos notificados no período estudado.

Figura 1 - Análise da tendência das taxas de notificações de violência autoprovoçada dentro da comunidade LGBT a cada 100 mil habitantes, Brasil, 2015-2021.

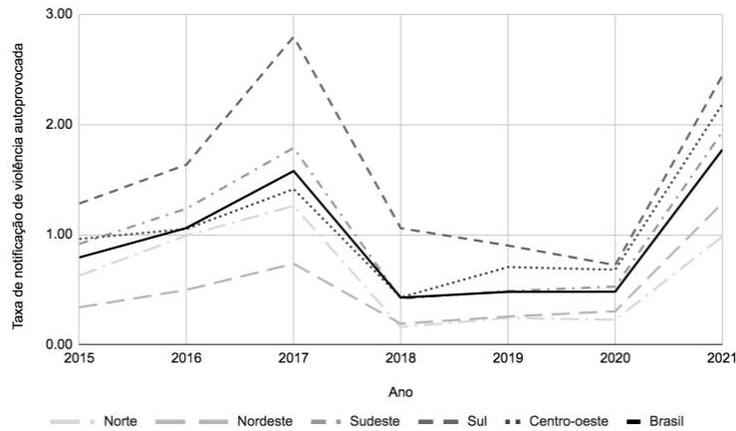


Fonte: Elaborada pelos autores.

Observa-se na Figura 1 uma variação significativa entre as regiões, com destaque para o Sudeste, que apresenta o maior número de notificações, especialmente em 2021. As regiões Sul, Nordeste e Centro-Oeste mostram tendências crescentes em alguns anos, enquanto o Norte mantém números relativamente baixos.

A Figura 2 mostra a magnitude das taxas de notificação do país e por cada uma das regiões. A maior taxa de notificação de violência autoprovoçada dentro da comunidade LGBT foi observada na região sul nos anos de 2017 (2,8/100 mil habitantes) e 2021 (2,4/100 mil habitantes), respectivamente. De maneira geral, houve um aumento total de 123,5% na taxa de notificação do país entre 2015 e 2021. A região com maior aumento na variação percentual total foi a região centro-oeste (127,4%), enquanto a região norte apresentou a menor aumento (56,2%) (Figura 3).

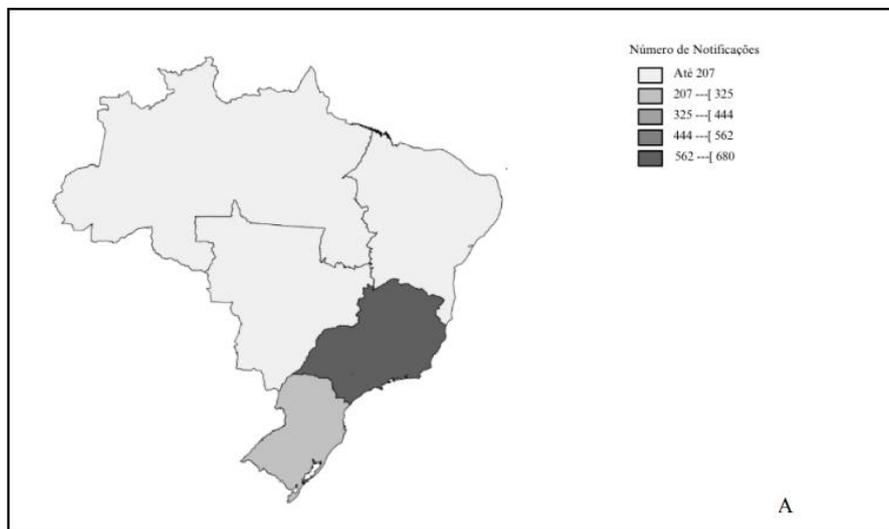
Figura 2 - Taxa de notificação de violência autoprovocada por 100 mil habitantes dentro da comunidade LGBT por Macrorregião, Brasil, 2015 - 2021.

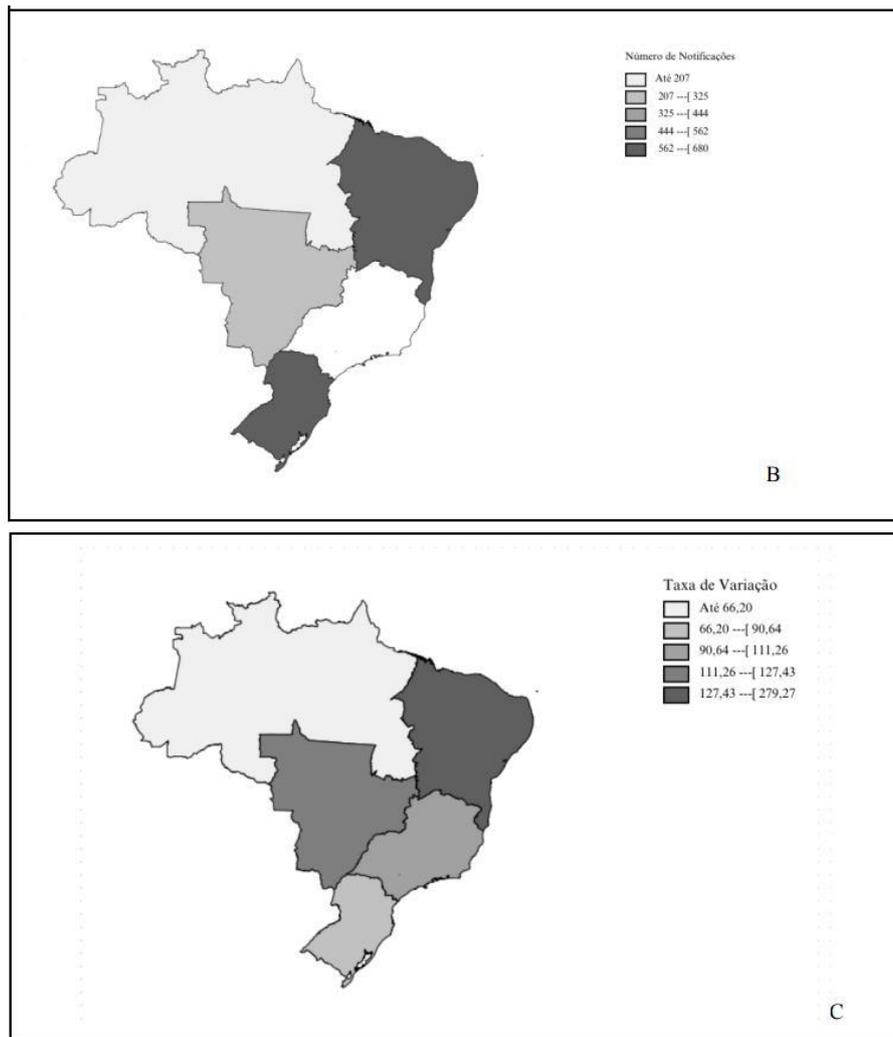


Fonte: Elaborada pelos autores.

A partir do gráfico, observa-se uma variação significativa ao longo dos anos, com destaque para um pico em 2017 e um aumento notável em 2021. As diferentes linhas representam as macrorregiões brasileiras (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste), além da média nacional. Este padrão sugere flutuações na incidência de violência autoprovocada, indicando possíveis fatores sociais e regionais que influenciam esses comportamentos ao longo do tempo.

Figura 3 - Distribuição geográfica das taxas de notificação de violência autoprovocada em pessoas LGBT, a cada 100 mil habitantes, por regiões do país, Brasil; A. Taxa de notificação de violência do ano de 2015; B. Taxa de notificação de violência do ano de 2021; C. Variação percentual das taxas de notificação entre os anos de 2015 e 2021.





Fonte: Elaborada pelos autores.

A análise das tendências das taxas de notificação mostrou que a notificação de violência autoprovocada dentro de comunidade LGBT apresentou uma tendência crescente para as unidades federativas do Sergipe (TIA= 51 notificações/100 mil habitantes) e Distrito Federal (35 notificações/100 mil habitantes). Já para todas as demais unidades da federação – com exceção do Amapá e do Espírito Santo, a notificação de violência foi estacionária em todas as análises. Os estados do Amapá e do Espírito Santo não puderam ser analisados uma vez que não foram encontradas notificações destes nos anos de 2020 e 2021, respectivamente (Tabela 1).

Tabela 1 - Análise da tendência das taxas de notificações de violência autoprovocada dentro da comunidade LGBT a cada 100 mil habitantes, Brasil, 2015-2021.

Unidade da Federação	<i>b</i>	TIA (%)	LI	LS	<i>P</i> -valor	Tendência
Rondônia	-0.02	-5	-29	28	0.772	—
Acre	-0.02	-5	-31	32	0.719	—
Amazonas	-0.07	-15	-60	82	0.619	—
Roraima	-0.03	-7	-27	20	0.552	—
Pará	0.04	10	-41	102	0.760	—
Tocantins	-0.09	-19	-24	-13	0.448	—
Maranhão	0.04	10	-20	50	0.507	—
Piauí	-0.04	-9	-35	29	0.553	—
Ceará	0.06	15	-17	58	0.337	—
Rio Grande do Norte	0.05	12	-15	49	0.359	—
Paraíba	0.11	29	-17	99	0.225	—
Pernambuco	-0.01	-2	-29	35	0.897	—
Alagoas	0.00	0	-24	32	0.977	—
Sergipe	0.18	51	16	98	0.013	↑
Bahia	0.00	0	-38	62	0.970	—
Minas Gerais	-0.06	-13	-37	20	0.314	—
Rio de Janeiro	0.04	10	-19	48	0.506	—
São Paulo	0.01	2	-26	41	0.831	—
Paraná	-0.01	-2	-23	24	0.839	—
Santa Catarina	-0.05	-11	-32	17	0.366	—
Rio Grande do Sul	-0.01	-2	-21	20	0.860	—
Mato Grosso do Sul	-0.05	-11	-39	30	0.515	—
Mato Grosso	0.05	12	-6	34	0.163	—
Goiás	-0.03	-7	-20	9	0.322	—
Distrito Federal	0.13	35	2	78	0.049	↑

TIA: taxa de incremento anual (%); LI: limite inferior do intervalo de confiança de 95% da TIA; LS: limite superior do intervalo de confiança de 95% da TIA.

Fonte: Elaborada pelos autores.

A Tabela 1 mostra a análise das tendências das taxas de notificações de violência autoprovocada na comunidade LGBT por 100 mil habitantes em diferentes estados brasileiros, de 2015 a 2021. Ela inclui a taxa de incremento anual (TIA), intervalos de confiança (LI e LS), *P*-valor e a tendência observada. Os resultados indicam variações regionais, com algumas unidades da federação apresentando aumentos ou reduções na taxa, enquanto outras não mostraram mudanças significativas no período analisado.

4. Discussão

O problema da violência autoprovocada na população LGBT e as questões que envolvem a saúde mental desses indivíduos são de extrema importância, uma vez que pessoas pertencentes a essa comunidade enfrentam um maior risco de sofrerem discriminação, preconceito e outras expressões de violência, o que pode levar a sérios impactos em sua saúde. A violência autoprovocada como objeto de análise do presente estudo é uma triste realidade enfrentada por muitos LGBT, resultado das pressões sociais, rejeição familiar e a marginalização que frequentemente enfrentam. Entender as causas subjacentes dessa situação é essencial para desenvolver intervenções efetivas de prevenção, promover a conscientização e implementar políticas que garantam a proteção e o apoio adequado a essa população vulnerável.

Os dados desta pesquisa sobre as taxas crescentes de notificação da violência autoprovocada em Sergipe e no Distrito Federal refletem um preocupante aumento nos casos de violência na população LGBT. Uma explicação para esse achado é maior conscientização sobre a saúde mental, aprimoramento dos Sistemas de Informação em Saúde (SIS) e da coleta de dados referentes à violência, crescimento da visibilidade e da própria conscientização da comunidade LGBT a respeito do problema. Para o melhor entendimento desses resultados, é essencial realizar estudos aprofundados para compreender as razões

específicas por trás desse aumento e implementar estratégias eficazes para combater a violência e proteger os direitos e a qualidade de vida da população LGBT (Guazina, Guerreiro Leite e Santos, 2021; Silva et al., 2023; Silva, da e Marcolan, 2021; Vieira, 2021).

Com relação aos demais estados brasileiros, foi possível observar uma tendência estacionária das taxas de notificação da violência autoprovocada na população estudada. A explicação para esse resultado também inclui uma combinação de fatores, como as diferenças culturais de cada região, a dificuldade de acesso a serviços de saúde mental, a ausência de suporte social dos indivíduos e outros fatores contextuais (Oexle, Mayer e Rüsche, 2020; Persano, 2022; Santos e Faro, 2018).

Para o enfrentamento do problema da violência autoprovocada, existem algumas ações e programas no Brasil que abordam a prevenção da violência autoprovocada, como os próprios Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) (José Costa Cardoso e Pimentel de MEDEIROS, 2014), que oferecem suporte e intervenção em saúde mental, o Viva (Brasil, 2014), que busca conhecer e fornecer subsídios para políticas públicas de prevenção, a Rede Nacional de Prevenção da Violência e Promoção da Saúde (Brasil, 2004), que articula ações de prevenção em diversas esferas, a Lei de Prevenção ao Suicídio, que estabelece estratégias de prevenção, o Programa de Valorização da Vida (CVV) para prevenção ao suicídio, entre outras iniciativas (Brasil, 2004; Brasil, 2013). No entanto, é importante ressaltar que alguns desses programas mencionados não levam completamente em consideração as especificidades e necessidades particulares da população LGBT. Embora essas iniciativas sejam fundamentais para a prevenção da violência autoprovocada de forma geral, a população LGBT pode enfrentar desafios únicos relacionados à sua identidade de gênero e orientação sexual.

Para abordar esse problema, é essencial desenvolver e implementar programas específicos que considerem a diversidade e as particularidades dessa comunidade. Sendo assim, torna-se fundamental continuar aprimorando e expandindo essas iniciativas para enfrentar de maneira mais efetiva o desafio da violência autoprovocada no país. Porém, é importante ressaltar que o fortalecimento, elaboração e a implementação de políticas públicas de enfrentamento da violência autoprovocada na população LGBT requerem um esforço conjunto de diversos setores da sociedade, incluindo o governo, organizações da sociedade civil e a população em geral. Tais políticas devem ser pautadas em evidências científicas, garantir a proteção dos direitos humanos e promover a igualdade e a justiça social.

Possíveis melhorias para essa questão incluem a capacitação de profissionais de saúde para lidar de maneira sensível e adequada com questões LGBT, a criação de espaços seguros de acolhimento e apoio, o fortalecimento das políticas de promoção dos direitos LGBT, e a inclusão de abordagens que considerem as questões de identidade de gênero e orientação sexual em todas as ações de prevenção (Bristol, Kostelec e MacDonald, 2018; Medina-Martínez et al., 2021; Wilson e Cariola, 2020). No entanto, a falta de sensibilidade por parte dos gestores e trabalhadores da saúde pode resultar em uma abordagem insuficiente ou inapropriada para as necessidades específicas da população LGBT (Ferreira e Nascimento, 2022; Miskolci et al., 2022). Isso pode levar a uma série de consequências negativas para a saúde dessa população, incluindo a falta de atendimento adequado, a subnotificação de casos de violência autoprovocada e outros problemas de saúde mental.

Ainda sobre a situação das lesões autoprovocadas em pessoas LGBT, o presente estudo revelou uma significativa diminuição nas taxas de notificação a partir do ano de 2018. Embora possam ter ocorrido eventos relevantes em âmbitos locais, estaduais ou regionais neste ano, especificamente, não há informações disponíveis na literatura que destacam um evento específico de grande impacto ou marco relacionado à violência interpessoal no cenário nacional brasileiro. A queda abrupta nas notificações em 2018 pode ser atribuída, portanto, a duas principais possíveis causas distintas. Primeiramente, pela subnotificação que desempenha um papel relevante nessa diminuição, devido a barreiras sociais, culturais e institucionais, nas quais muitas vítimas podem se sentir inseguras e receosas em denunciar casos de violência sofridos. Somado a isso, a falta de capacitação dos profissionais de saúde e dos serviços de assistência em reconhecer e registrar adequadamente esses episódios

também contribui para a subnotificação (Fernando Marcolan e Augusto da Silva, 2019; Ferreira e Nascimento, 2022; Fonseca e Marin, 2023).

Outra possível causa pode estar relacionada à entrada de um governo mais conservador, que impactou negativamente na proteção e apoio a essa população devido a políticas restritivas em relação aos direitos LGBT. A redução do financiamento de programas de proteção, o enfraquecimento de instituições e a desencorajamento da discussão sobre questões LGBT podem aumentar tanto as subnotificações devido aos discursos de ódio, quanto a vulnerabilidade dessa população à violência. É importante notar, por exemplo, a presença crescente de discursos contra a comunidade LGBT, mesmo após a conquista da criminalização da homofobia e transfobia pelo Superior Tribunal Federal (STF) em 2019 (Keske, 2019). No cenário brasileiro, ainda não está claro se o conservadorismo econômico influencia o aumento do conservadorismo social ou se ocorre o contrário. Apesar disso, é essencial que a sociedade se mobilize para promover a igualdade, a diversidade e a proteção dos direitos de todos, independentemente de sua orientação sexual, identidade de gênero ou idade (Barbosa e Dos Santos Costa, 2021; Silva e Marcolan, 2021).

Durante o período de 2018 a 2020, as taxas de notificação da violência permaneceram baixas, possivelmente devido ao contexto pandêmico da COVID-19, que pode ter levado a uma subnotificação dos casos pelas dificuldades enfrentadas pelas vítimas para denunciar e registrar as violências nos espaços de saúde. Embora estudos anteriores não tenham confirmado essa relação, as restrições impostas pela pandemia podem ter contribuído para esse cenário (Adamson et al., 2022; Banerjee e Nair, 2020; Batra et al., 2023). No entanto, com a flexibilização das medidas de prevenção em 2021, o presente estudo aponta um aumento significativo nos episódios de violência autoprovocada, possivelmente relacionado ao aumento da interação social, impactos econômicos e sociais, estresse emocional e possíveis efeitos na saúde mental das pessoas (Kim, Seo e Gyu Kwak, 2022).

Esse aumento foi observado em todas as macrorregiões, com algumas apresentando suas maiores taxas de notificação dentro do período estudado. Após quase dois anos de isolamento social devido à pandemia de COVID-19, a saúde mental da população global já estava severamente afetada (Torales et al., 2020). Nesse contexto, é possível argumentar que a comunidade LGBT sofreu um impacto ainda maior devido à instituição de medidas como o lockdown e a proibição de aglomerações sociais, privando muitas pessoas de lares menos acolhedores do contato presencial com lugares e grupos que lhes serviam de apoio psicoemocional. Além disso, o aumento da presença de discursos de ódio nas redes sociais, consequente do aumento da atividade de grupos disseminadores de fake news nessa época, pode ter minado ainda mais a saúde mental daqueles que os utilizavam (Banerjee e Nair, 2020; Batra et al., 2023).

Um desafio importante deste estudo é a falta de dados demográficos específicos da população LGBT no Brasil, o que dificulta uma análise mais detalhada e precisa sobre o grupo populacional em risco de sofrer violência autoprovocada. Isso ocorre devido à ausência de perguntas específicas em pesquisas e censos, bem como devido a medo de discriminação, estigma, desinteresse e falta de prioridade, além de dificuldades metodológicas e visões conservadoras (Melo et al., 2020). Embora o presente estudo tenha abordado a questão usando dados demográficos da população brasileira em geral para fornecer uma visão aproximada sobre a situação da violência autoprovocada em pessoas LGBT em diferentes regiões do Brasil, é essencial enfatizar que esses dados não substituem a necessidade de informações demográficas específicas.

Outra limitação deve ser considerada para esta pesquisa, como a impossibilidade de estabelecer uma relação de causalidade devido ao uso de dados agregados, o que não permitiu análises individuais (Antunes e Cardoso, 2015). Além disso, os dados coletados através de planilhas autorreferidas podem estar sujeitos a viés de informação ou erros de preenchimento. Também é relevante destacar que o estudo é um dos primeiros a descrever e analisar os casos de lesões autoprovocadas em pessoas LGBT durante o período de pandemia, e as peculiaridades desse período podem ter influenciado a análise de forma

significativa. No entanto, é importante ressaltar que o estudo foi realizado com uma amostra representativa e seguindo rigor metodológico em suas etapas de condução.

5. Considerações Finais

O notável aumento nas taxas de notificação da violência autoprovocada contra a população LGBT entre 2016 e 2017 pode ser atribuído a uma combinação de fatores. Isso inclui o crescente estigma e preconceito enfrentados por essa comunidade, bem como um maior nível de conscientização sobre os direitos LGBT e um aumento na disponibilidade de canais de denúncia. Esses elementos estão interligados e provavelmente contribuíram para o aumento das notificações durante esse período específico. No entanto, as flutuações subsequentes nos anos seguintes indicam que a prevenção da violência autoprovocada continua a ser um desafio constante.

As disparidades regionais identificadas nas taxas de notificação enfatizam a necessidade de considerar as particularidades geográficas e culturais ao desenvolver políticas públicas e estratégias para combater a violência. As análises das tendências de notificação de violência por região mostram que algumas áreas mantêm taxas constantes ao longo do período, enquanto outras experimentam aumentos significativos, como é o caso de Sergipe e do Distrito Federal. Isso destaca a complexidade da questão, influenciada por uma ampla gama de fatores contextuais, incluindo aspectos socioeconômicos, culturais e políticos. A compreensão desses fatores é fundamental para o desenvolvimento de intervenções eficazes e sustentáveis.

É crucial reconhecer que os dados apresentados neste estudo podem subestimar a verdadeira extensão da violência autoprovocada em pessoas LGBT devido à subnotificação, estigma e falta de conscientização. Portanto, uma abordagem abrangente se faz necessária, incluindo a conscientização da sociedade, a capacitação de profissionais e a implementação de políticas de prevenção e proteção.

Referências

- Adamson, T., Lett, E., Glick, J., Garrison-Desany, H. M., & Restar, A. (2022). Experiences of violence and discrimination among LGBTQ+ individuals during the COVID-19 pandemic: a global cross-sectional analysis. *BMJ Global Health*, 7(9), Artigo e009400. <https://doi.org/10.1136/bmjgh-2022-009400>
- Antunes, J. L. F., & Cardoso, M. R. A. (2015). Uso da análise de séries temporais em estudos epidemiológicos. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 24(3), 565–576. <https://doi.org/10.5123/s1679-49742015000300024>
- Banerjee, D., & Nair, V. S. (2020). “The Untold Side of COVID-19”: Struggle and Perspectives of the Sexual Minorities. *Journal of Psychosexual Health*, 2(2), 113–120. <https://doi.org/10.1177/2631831820939017>
- Batra, K., Pharr, J. R., Kachen, A., Godbey, S., & Terry, E. (2023). Investigating the Psychosocial Impact of COVID-19 Among the Sexual and Gender Minority Population: A Systematic Review and Meta-Analysis. *LGBT Health*. <https://doi.org/10.1089/lgbt.2022.0249>
- Bertolote, J. M. (2013). *O Suicídio e Sua Prevenção*. Editora Unesp.
- Bonadiman, C. S. C., Naghavi, M., & Melo, A. P. S. (2022). The burden of suicide in Brazil: findings from the Global Burden of Disease Study 2019. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*, 55(suppl 1). <https://doi.org/10.1590/0037-8682-0299-2021>
- Brasil sem homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e de promoção da cidadania homossexual*. (2ª ed.). (2004). Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 936 /GM de 19 de maio de 2004. Dispõe sobre a estruturação da Rede Nacional de Prevenção da Violência e Promoção da Saúde e a Implantação e Implementação de Núcleos de Prevenção à Violência em Estados e Municípios. Diário Oficial da União no 96, Brasília, 20 maio 2004d.
- BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Portaria nº 2.227 de 14 de outubro de 2004. Dispõe sobre a criação do Co-mitê Técnico para a formulação de proposta da política nacional de saúde da população de gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais – GLTB. Diário Oficial da União 2004; 15 out.
- BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Política Nacional de Saúde Integral de LGBT. Brasília: MS; 2013. BRASIL. Portaria GM/MS no 1271/2014 e SINAN versão 5.0. Em: [S. l.: s. n.], 2014. p. 1–5. E-book. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/notificacao-deviolencia-interpessoal-autoprovocada>.

- Bristol, S., Kostelec, T., & MacDonald, R. (2018). Improving Emergency Health Care Workers' Knowledge, Competency, and Attitudes Toward Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender Patients Through Interdisciplinary Cultural Competency Training. *Journal of Emergency Nursing*, 44(6), 632–639. <https://doi.org/10.1016/j.jen.2018.03.013>
- Cardoso, A. J. C., Trino, A., Pedra, M., & Medeiros, P. P. D. (2014). Reforma Psiquiátrica e a Política Nacional de Saúde Mental. *Tempus Actas de Saúde Coletiva*, 8(1), 57. <https://doi.org/10.18569/tempus.v8i1.1453>
- Ferreira, B. d. O., & Nascimento, M. (2022). A construção de políticas de saúde para as populações LGBT no Brasil: perspectivas históricas e desafios contemporâneos. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27(10), 3825–3834. <https://doi.org/10.1590/1413-812320222710.06422022>
- Fonseca, A. C. d. S., & Marin, A. H. (2023). Violência Autoprovocada no Brasil: Caracterização dos Casos Notificados entre 2009 e 2021. *Revista Psicologia e Saúde*, 131–146. <https://doi.org/10.20435/pssa.v14i3.2005>
- Godoy, E. A., & Nogueira dos Santos, M. R. (2019). Família e escola: a construção da homofobia no Brasil. *Perspectivas Em Diálogo: Revista De Educação E Sociedade*, 6(11), 41-62. Recuperado de <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/7527>
- Grazzi Keske, HA, & VC (2019). A criminalização da homofobia no Brasil: análise jurisprudencial e doutrinária. *Revista Práxis*, 2 (), 34-56.
- Guazina, L. S., Guerreiro Leite, G., & Santos, É. (2021). A normalização da agenda anti-gênero de Jair Bolsonaro. *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo*, 10(1), 44–61. <https://doi.org/10.25200/slj.v10.n1.2021.453>
- Kim, N. M., Seo, Y. W., & Gyu Kwak, S. (2022). Changes in self-harm attempts after the COVID-19 pandemic based on pre-hospital medical records. *Medicine*, 101(37), Artigo e30694. <https://doi.org/10.1097/md.00000000000030694>
- Marcolan, J. F., & Silva, D. A. d. (2019). O comportamento suicida na realidade brasileira: aspectos epidemiológicos e da política de prevenção. *Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer*, 4(7), 31. <https://doi.org/10.9789/2525-3050.2019.v4i7.31-44>
- Medina-Martínez, J., Saus-Ortega, C., Sánchez-Lorente, M. M., Sosa-Palanca, E. M., García-Martínez, P., & Mármol-López, M. I. (2021). Health Inequities in LGBT People and Nursing Interventions to Reduce Them: A Systematic Review. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 18(22), 11801. <https://doi.org/10.3390/ijerph182211801>
- Melo, I. R., Amorim, T. H., Garcia, R. B., Polejack, L., & Seidl, E. M. F. (2020). O Direito à Saúde da População LGBT: Desafios Contemporâneos no Contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). *Revista Psicologia e Saúde*, 63–78. <https://doi.org/10.20435/pssa.vi.1047>
- Miskolci, R., & Pereira, P. P. G. (2022). Sexual and Reproductive Health and Rights: a Sociodemographic Profile of Primary Healthcare Professionals in the City of São Paulo and Their Perceptions on the Issue. *Sexuality Research and Social Policy*. <https://doi.org/10.1007/s13178-022-00701-2>
- Miskolci, R., Signorelli, M. C., Canavese, D., Teixeira, F. d. B., Polidoro, M., Moretti-Pires, R. O., Souza, M. H. T. d., & Pereira, P. P. G. (2022). Desafios da saúde da população LGBTI+ no Brasil: uma análise do cenário por triangulação de métodos. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27(10), 3815–3824. <https://doi.org/10.1590/1413-812320222710.06602022>
- Oxle, N., Mayer, L., & Rüsche, N. (2020). Suizidstigma und Suizidprävention. *Der Nervenarzt*, 91(9), 779–784. <https://doi.org/10.1007/s00115-020-00961-6>
- Pereira A. S. et al. (2018). Metodologia da pesquisa científica. [free e-book]. Santa Maria/RS. Ed. UAB/NTE/UFSM.
- Pinto, I. V., Andrade, S. S. d. A., Rodrigues, L. L., Santos, M. A. S., Marinho, M. M. A., Benício, L. A., Correia, R. S. d. B., Polidoro, M., & Canavese, D. (2020). Perfil das notificações de violências em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, Brasil, 2015 a 2017. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 23(suppl 1). <https://doi.org/10.1590/1980-549720200006.supl.1>
- Santos, L. C. S., & Faro, A. (2018). Aspectos conceituais da autoinjúria: Uma revisão teórica. *Revista Psicologia em Pesquisa*, 12(1). <https://doi.org/10.24879/201800120010092>
- Silva, A. M., Estefan Sobral, L. N., Vieira, A. M., Pessoa Neto, J. A., Leônidas, G. M., Britto, D. F., & Coelho Peixoto, R. A. (2023). (528) Discrimination Against Sexual Diversity in a Public Teaching Hospital in the Northeast of Brazil: The Perception of Medical Students. *The Journal of Sexual Medicine*, 20(Supplement_1). <https://doi.org/10.1093/jsxmed/qdad060.496>
- Silva, D. A., & Marcolan, J. F. (2021). Suicide Attempts and Suicide in Brazil: An Epidemiological Analysis. *Florence Nightingale Journal of Nursing*, 29(3), 294–302. <https://doi.org/10.5152/fnfn.2021.21035>
- Silva, E. L. S. (2022). Neoliberalismo e Ofensivas antigênero no Brasil: a mobilização da “Ideologia de Gênero” e a produção de LGBTfobias no Governo Bolsonaro. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, 4(14), 331–363. <https://doi.org/10.31560/2595-3206.2021.14.12172>
- Shitsuka, R. et al. (2014). Matemática fundamental para tecnologia. 2ed. Editora Erica. (Este livro aborda a parte da estatística descritiva e as técnicas de amostragem).
- Taskiran Eskici, G., Alan, H., Eskin Bacaksiz, F., Gumus, E., Cakir, H., & Harmanci Seren, A. K. (2020). Under the same rainbow: A study on homophobia and discrimination among private sector health care professionals. *Journal of Nursing Management*. <https://doi.org/10.1111/jonm.13167>
- Torales, J., O'Higgins, M., Castaldelli-Maia, J. M., & Ventriglio, A. (2020). The outbreak of COVID-19 coronavirus and its impact on global mental health. *International Journal of Social Psychiatry*, 66(4), 317–320. <https://doi.org/10.1177/0020764020915212>
- Ventriglio, A., Castaldelli-Maia, J. M., Torales, J., De Berardis, D., & Bhugra, D. (2021). Homophobia and mental health: a scourge of modern era. *Epidemiology and Psychiatric Sciences*, 30. <https://doi.org/10.1017/s2045796021000391>
- Vieira, S. (2021). Introdução à bioestatística. Gen/Guanabara Koogan.
- Wilson, C., & Cariola, L. A. (2019). LGBTQI+ Youth and Mental Health: A Systematic Review of Qualitative Research. *Adolescent Research Review*, 5(2), 187–211. <https://doi.org/10.1007/s40894-019-00118-w>